

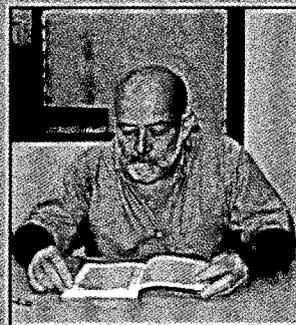
**Segurança Pública e Cidadania**

Interagir - O Senhor possui um amplo e respeitado currículo no âmbito do Ensino de Pós-Graduação e da Pesquisa. Como e por que o Senhor resolveu também trilhar os caminhos da Extensão Universitária?

Não se tratou propriamente de uma resolução, mas de uma imposição, uma consequência necessária do meu trabalho. Como antropólogo profissional, tenho compromissos não só acadêmicos, mas também éticos com os sujeitos de meus estudos. Desta forma, todas as vezes que solicitado, dentro de minhas possibilidades materiais e limites éticos, devo procurar devolver àqueles que me guiaram e receberam em seus ambientes privados e públicos a hospitalidade e o tempo que a mim dedicaram. Foi assim, por solicitação tanto dos operadores como das instituições, tanto de segurança pública como de pescadores, que me envolvi com atividades de extensão.

Interagir – Atualmente, o Senhor vem se dedicando às questões referentes à Segurança Pública. Fale a respeito desse novo desafio que seu trabalho abriga.

Foi por solicitação da Escola Superior de Polícia Militar do Rio de Janeiro que concordei em coordenar o Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, módulo obrigatório para a formação de seus oficiais. Fundamentalmente, trata-se de criar um espaço onde se discutam as questões relativas a esses temas, de forma acadêmica, sem o jugo das imposições repressivas e punitivas do direito e das estratégias militares. O desafio, inicialmente, foi vencer barreiras de preconceito,



Entrevista realizada com o Professor Roberto Kant, Professor Titular da Faculdade de Antropologia – Universidade Federal Fluminense/UFF.

Entrevista conduzida por Jorge Barbosa

de parte a parte, empreitada que não seria exeqüível sem a participação acadêmica ativa de meus colegas dos departamentos de Antropologia, Ciência Política e Comunicação Social, bem como dos outros professores de outras instituições, do Brasil e do exterior, que colaboram com o curso. O apoio da Fundação Ford, do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro e da administração da UFF foi indispensável para aportar os recursos necessários. Hoje o curso está em consolidação e expansão, e estamos aguardando os resultados de uma avaliação que está sendo feita pela Fundação Ford para corrigir os caminhos.

Interagir - No senso comum, reproduzido sem muito filtro pelos meios de comunicação, a violência é um caso para ser resolvido pela polícia. Contudo, a violência não seria uma expressão do desrespeito aos Direitos de Cidadania e da incapacidade das Instituições Públicas em proteger esses mesmos Direitos?

Certamente, a ineficácia ou a insuficiência dos mecanismos institucionais de administração de conflitos em nossa sociedade é um importante fator de acirramento e exacerbação dos conflitos. Também é certo que a permanência de representações paradoxais da sociedade brasileira, como sendo constituída ora de cidadãos diferentes mas iguais perante a lei, ora de segmentos desiguais e complementares, com direitos e deveres desiguais, possibilita a exacerbação das insatisfações e de reações violentas para alcançar privilégios concedidos a poucos, muitas vezes confundidos com direitos. A própria existência da desigualdade econômica e social na sociedade contemporânea só encontra justificativa moral no fato de que, teoricamente, todos são inicialmente iguais perante a lei. Assim, a famosa frase de Ruy Barbosa, de que “a regra da igualdade consiste em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desiguam”, tantas vezes repetida e lembrada por nossos juristas, é absolutamente incompatível com qualquer regime republicano constitucional, como aquele que, teoricamente, deveria vigir no Brasil.

Interagir – Quais seriam as principais propostas para uma ação dos poderes públicos e da própria sociedade civil no sentido de construção de uma Política de Segurança que zele pelos Direitos de Cidadania?

Há muitas propostas que poderiam influenciar essa construção. Entretanto, do meu ponto de vista, do ponto de vista de um antropólogo, acho que a maior contribuição consiste em explicitar os problemas advindos do contraste dos paradoxos legais acima mencionados. É completamente absurdo desejar que a população internalize regras e formas pacíficas de administração de conflitos e atribuição de direitos quando se constata que, juridicamente, pessoas desiguais têm direitos desiguais. Como querer, então que todos concordem em ter os mesmos deveres e que as regras de comportamento em público sejam universalizadas? Assim, tornar público este aspecto de nossa sociedade me parece crucial para remover a desigualdade jurídica dos nossos sistemas penais, processuais penais e judiciários, que é o principal esteio das estratégias repressivas utilizadas para o controle da ordem e da segurança públicas, em nosso País.

Interagir – Como o seu trabalho no âmbito da extensão permite uma interlocução com a pesquisa e o ensino?

A extensão, na minha opinião, é sempre uma interlocução, uma via de duas mãos: definidas as possibilidades da Universidade e as demandas da sociedade, há que propiciar a seus agentes o encontro público dos respectivos interesses, para viabilizar a construção de um espaço adequado a sua negociação. Para o antropólogo, em especial para aqueles que, como eu e meus pesquisadores, estamos interessados em sistemas institucionais de administração de conflitos e produção de verdades no espaço público, esta arena que se cria é o próprio locus para o exercício da pesquisa e para a aprendizagem e o treinamento dos pesquisadores. Assim, as atividades de extensão – cursos, seminários, consultorias, levantamentos, etc. – constituem-se, elas mesmas, simultaneamente, em lugares de aprendizado para todos os que dele participam, oportunida-

des de construção de conhecimento novo e veículo de interlocução com os segmentos da sociedade interessados no conhecimento já produzido pela Universidade sobre a problemática em pauta.

Interagir - A Universidade pode ou poderá contribuir, especialmente com as ações extensionistas, no âmbito da Segurança Pública como exercício da Cidadania?

A Universidade tem um papel crítico nesta questão. A forma acadêmica, propriamente universitária, de construir o conhecimento através do diálogo e da discussão abertos e realizados em pé de igualdade em termos de professores e alunos, pesquisadores e aprendizes, quer dizer, aonde não pode prevalecer o argumento de autoridade para vencer a discussão, opõe-se radicalmente às formas militares e jurídicas de construção do conhecimento, que enfatizam a hierarquia e a dogmática, dando preferência à instrução, mais do que à educação e que são dominantes na socialização profissional dos operadores de segurança pública. Esta formação é adequada para reproduzir formas repressivas de construção da verdade, orientadas por uma visão escolástica e maniqueísta do mundo e dos conflitos, onde sempre uma tese deve prevalecer sobre a outra, o certo sobre o errado, sem ênfase em mecanismos de negociação dos fatos e da verdade, próprios da academia e da Universidade. Assim, para construir um saber mais eficaz sobre a segurança pública, é necessário incentivar o diálogo entre todos os segmentos da sociedade, de uma forma acadêmica, universitária, onde não se confundam fatos com meras opiniões, onde todos cedam parte de seus interesses particulares para que a coletividade ganhe. A Universidade Federal Fluminense está na ponta deste processo, pois já estabelece essa interlocução desde 1997 e tem dado contribuições de alta relevância, expandindo institucionalmente este diálogo para outras Universidades e segmentos de operadores da segurança pública do Brasil e do exterior.